



Estamos em guerra: nacionalismo, imperialismo e cosmopolítica

Étienne Balibar
Filósofo francês.

Tradução de *Bruno Cava*

Para a maior parte das questões que vou examinar, confesso que não tenho uma resposta pronta. Pior ainda, em muitos casos, temo que tais respostas não existam. Isto não pode nos impedir de buscá-las, de achar a melhor formulação das questões, apoiando-se em tudo aquilo que possamos aprender e discutir de maneira crítica. A guerra na Ucrânia suscita questões de interesse universal. A guerra nos afeta e continuará nos afetando cada vez mais: o presente, o futuro coletivo e o nosso lugar no mundo. Não estamos inseridos nesta guerra apenas como observadores distantes ou neutros. Somos participantes da guerra e o resultado dela depende do que pensarmos e fizermos a respeito dela. Nós estamos em guerra. Não podemos simplesmente “desertar desta guerra”, como o meu colega Sandro Mezzadra escreveu num sólido manifesto pacifista. O que não quer dizer que devemos travar esta guerra de todas as maneiras que nos forem imediatamente apresentadas. Provavelmente, embora o leque de escolhas para nós seja estreito, de nenhum modo pode nos levar a concluir que não haja escolha alguma.

Mas que guerra é esta? Não podemos nem mesmo respondê-lo, com certeza. Porque não dispomos da percepção completa sobre os espaços ocupados pela guerra que transbordam do território obviamente invadido pelas tropas russas e de algumas áreas adjacentes. Há questões em aberto sobre a intensidade da guerra e as suas ramificações para além das fronteiras da Ucrânia, talvez no mundo inteiro, enquanto a guerra se desenvolve e progressivamente vai mudando de natureza. Essas questões condicionam as hipóteses a serem formuladas quanto às formas que a política, na medida em que é uma prática coletiva e institucional, pode assumir durante e depois da guerra. Se é que vai existir um depois... Na famosa citação, repetida ad nauseam, Clausewitz escreveu que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Mais decisivo ainda seria perguntar: qual política é possível durante a guerra? E como a guerra vai mudar as condições e o conteúdo mesmo da política depois que a guerra terminar?

Vou discutir os assuntos ao redor de três temas. Primeiro, o que está em guerra, ou melhor, quais definições podem ser propostas para a guerra em curso? Segundo, como a guerra redefine a função do nacionalismo e transforma a forma-nação ela mesma?

Terceiro, como a guerra articula vários espaços políticos segundo uma estrutura global de conflitos e agências?

O que está em guerra?

Nesta primeira parte, a minha hipótese é a seguinte: a natureza da guerra em curso é impossível de ser apreendida se não forem aplicadas sucessivas malhas analíticas, operando em diferentes níveis e ressaltando diferentes modalidades de conflito. A guerra é em essência multidimensional: ela transcorre em diferentes teatros operativos, segundo diferentes ritmos. Porém, temos que decidir o aspecto a ser priorizado em nossa avaliação do que está em jogo na guerra, para orientar as nossas intervenções. Em última análise, de todo modo, haverá uma decisão subjetiva, uma que não pode ser simplesmente deduzida das premissas do problema.

Creio que a guerra se desenvolve em quatro níveis simultâneos. Antes de tentar apontá-los, é preciso repassar algumas questões preliminares. A primeira questão consiste em que, se toda guerra certamente dependa por sua própria natureza dos objetivos estipulados pelos beligerantes, a guerra em si não se define apenas pelas intenções deles. Define-se, antes, pela constituição política das instituições coletivas, geralmente nações, e pelas condições históricas em que tais instituições se encontram. O que nos leva à segunda questão preliminar: existem vários tipos de guerra. Em geral, comparações são úteis, especialmente quando envolvam atores similares. Neste caso, vêm à mente a guerra Iraque-Estados Unidos de 2003, as guerras na antiga Iugoslávia ao longo da década de 1990, a segunda guerra da Chechênia do começo dos anos 2000 e a guerra do Vietnã nos anos 1970. Estas guerras, contudo, nos servem como contraexemplos. Em certo sentido, toda guerra é um tipo novo de guerra. Terceira questão: a guerra tem fases sucessivas, guerra de movimento e de posição, em que o balanço de forças envolvidas se desloca, assim como as fronteiras que contêm a guerra. Nesta guerra, depois da fase inicial em que as forças nacionais ucranianas repeliram a invasão russa, a guerra emperrou na fase do assalto assassino contra as linhas orientais de defesa do país, voltando ao ponto de partida do conflito, como em 2014. Mas somente nesta terceira e última fase, com os desdobramentos atuais, é que as dimensões geopolíticas vieram à tona.

A primeira definição que podemos oferecer é que se trata de uma guerra de independência da nação ucraniana. Isto possibilita a comparação com guerras anti-imperialistas de libertação do século XX, como na Argélia ou no Vietnã, ou ainda com o período constituinte das nações modernas que se separaram dos antigos impérios Britânico, Espanhol ou Otomano. De fato, a Ucrânia, anteriormente uma república federal na União Soviética, tornou-se formalmente independente somente em 1991, quando a URSS dissolveu. E assim foi reconhecida pela comunidade internacional. Tal fato é de importância maior, pois caracteriza fora de dúvida que a invasão russa violou o direito internacional. De um lado, há a agressão, do outro, a resistência. Contudo, a propaganda russa ressaltou como não aceitaria a independência ucraniana como um fato consumado pelo império ao qual o território ucraniano pertenceu durante séculos. Império que continuou existindo durante a era comunista, apesar dos princípios democráticos proclamados na Revolução de Outubro. Em consequência, os ucranianos estão lutando a sua guerra de independência e somente depois dela, caso vençam, não se colocará mais em xeque a existência da nação. Tal objetivo é alcançado ao custo de sofrimento enorme e destruição.

A constante referência à continuidade do domínio imperial sobre o espaço eurasiático, estendendo-se desde o Oceano Pacífico até as fronteiras da Polônia (e ainda mais longe), assim como aos efeitos da Revolução Russa, nos forçam a considerar esta guerra sob um ângulo diferente e num estágio diferente. Em relação às guerras na ex-Iugoslávia nos anos 1990, embora a desproporção de forças e os graus de destruição sejam imensos e incidam algumas outras distinções significativas, esta guerra de independência igualmente pertence à categoria das guerras pós-comunistas, surgidas em decorrência do colapso dos estados socialistas na Europa e o do fracasso das políticas de nacionalidades, o que no fim das contas apenas acentuou nacionalismos agressivos. Estes inflamaram ainda mais no contexto das políticas selvagens de acumulação primitiva neoliberal. O que nos chama a atenção a que, na perspectiva de um século, esta não é somente uma guerra europeia, opondo povos europeus e estados-nações europeus, bem como alianças e estruturas de poder europeias. Esta guerra também é a continuação ou o novo episódio

da trágica história da guerra civil europeia, iniciada com a Primeira Guerra Mundial, remodelada pela Revolução de Outubro, e a seguir pela emergência do nazismo na Alemanha derrotada e em sua rede de aliados fascistas pela Europa. E aí veio a Segunda Guerra Mundial e, na sequência, a Guerra Fria e a descida da cortina de ferro, depois desmoronada em 1989. Então, esta é a história trágica, repleta de deposições, de destruição e de restauração de nações, como também de genocídios, massacres, dominações totalitárias. Seus traços ainda não foram inteiramente eliminados. Se enxergarmos a presente guerra deste ponto de vista, a “guerra total” conduzida na Ucrânia Oriental e o êxodo de milhões de pessoas não se tornam de maneira alguma justificados, mas nos surpreendem menos. Porque é a repetição de um padrão existente, que muito facilmente foi esquecido, assumindo-se que os problemas implícitos teriam sido resolvidos.

A segunda definição imediatamente conduz a um alargamento ainda maior do escopo de inscrição da guerra. As guerras europeias do século XX também foram guerras mundiais, ou capítulos das guerras mundiais, mas sempre conferindo uma posição mais ou menos central à Europa. Eu diria que a guerra em curso é primeiro de tudo uma “guerra globalizada”, ainda que seja de caráter híbrido, onde muitas partes do mundo, as suas populações e estruturas políticas estão implicadas de maneira assimétrica. A causa disso é que os beligerantes imediatos participam de alianças globais que fornecem suporte e se pode afirmar que essas alianças estejam conduzindo as suas próprias guerras por procuração. A atitude da China no conflito é ambígua, mas do lado Ocidental não, sendo especialmente verdade tratar-se de uma guerra por procuração. Sem fluxos permanentes de fornecimento de armas e informação, o exército ucraniano não teria sido capaz de resistir ao assalto russo, apesar de todas as suas virtudes. Claro que, além disso, o Ocidente está conduzindo uma guerra econômica contra a Rússia. É altamente significativo que, enquanto a Rússia oficialmente negue estar em guerra, classificando-a como “operação militar especial” (como eram chamadas, no passado, as guerras coloniais), o Ocidente igualmente nega que esteja engajado numa guerra, restringindo-se a falar em sanções. O mais importante está em que a combinação de destruições provocadas pela guerra, do

bloqueio naval à exportação de produtos agrícolas e das repercussões das sanções na economia global terminam por descortinar um horizonte dramático de carestia alimentar que põe as populações do Sul Global em risco de fome. Elas agora também estão na guerra.

Finalmente, uma quarta determinação da guerra não pode ser deixada de lado e a assombra pelas bordas. A possibilidade da guerra tornar-se nuclear. A questão é perturbadora e foi suscitada por Jürgen Habermas num recente artigo que lançou a controvérsia na Alemanha. Muitos comentadores creem que o emprego de armas nucleares na guerra não passe de instrumento de chantagem por parte do regime russo. Outros sugerem que a invasão russa é uma guerra colonial, mas com um guarda-chuva nuclear, o que força o outro lado (a coalizão ocidental cuja unidade é a OTAN) a restringir a magnitude do apoio e o escopo da intervenção. Porém, isso erra o alvo, pois a situação tem mais a ver com o fato que a ascensão dos extremos jamais estará excluída numa guerra total, a menos que ela termine com uma vantagem clara para um dos lados. De fato, como enfatizado corretamente por Günther Anders ou Edward Thompson, nos idos da Guerra Fria: a existência e a magnitude das armas nucleares abrem possibilidades catastróficas que fogem do controle dos regimes políticos e de seus líderes. O “exterminismo”, para usar a expressão de Thompson, não é impensável.

Com isso, voltamos à necessidade de decidir sobre como vamos hierarquizar em nossas avaliações tais dimensões heterogêneas que, apesar de tudo, são interdependentes. A minha posição – cuja fragilidade tenho plena consciência – é que há uma urgência imediata em apoiar a resistência do povo ucraniano, que está resistindo em prol da independência da nação. Não porque a independência nacional seja um valor absoluto, per se, mas sim porque, com clareza, está sendo negado o direito à autodeterminação aos ucranianos, porque eles estão sendo vitimados em massa numa guerra criminosa. A derrota dos ucranianos seria moralmente inaceitável e traria consequências devastadoras para a ordem internacional. Mas o apoio não pode ser cego. Por isso, passo aos outros dois pontos da minha discussão, quanto aos temas do nacionalismo e da geopolítica dos conflitos e espaços globais.

Nações e nacionalismo

Podemos dizer que o nacionalismo voltou ao núcleo do debate político, ao emergir o espectro de violência genocida, de intolerância e de exclusões, o que nos força a reconsiderar a aparente irreduzibilidade da forma-nação enquanto última instância na definição dos agentes históricos. O lado ucraniano nitidamente está animado pelo espírito de autonomia e unidade nacionais, o que pode ser chamado de “nacionalismo” – não existe outro termo para isso. Contudo, não podemos simplesmente traçar a equivalência com o discurso nacionalista russo. Não é caso apenas do desbalanceamento das forças ou da assimetria das posições quanto ao direito internacional (o mesmo que consagra a soberania dos estados-nações desde que internacionalmente assim reconhecidos, o que depende de muitas contingências). O caso aqui é quanto ao teor político implicado. A propaganda russa explora a realidade de alguns grupos extremistas que tiveram papel ativo na política ucraniana, desde a independência de 1991, bem como o imaginário da Grande Guerra contra o nazismo depois de 1941, a fim de retratar o atual regime ucraniano como sinônimo da ressurreição do nazismo.

O atual regime russo exibe características totalitárias, desde a supressão violenta de opositores políticos até o desenvolvimento do discurso imperial centrado na missão histórica e no valor superior do povo russo, retratado como um “povo mestre”. Disso, eu desdobro dois axiomas correlacionados. Primeiro, não existe algo como uma nação sem que haja nacionalismo. Logo, a rejeição absoluta do nacionalismo enquanto ideologia reacionária não tem nenhum significado concreto, a menos que decidamos que a formação deva ser rejeitada como um todo (o que, de fato, foi a posição de uma vertente grande da tradição socialista). Em segundo lugar, as oscilações do nacionalismo e os avatares da forma-nação, em diferentes lugares e tempos históricos, se relacionam entre si. É que a história das nações, amplamente determinada pelas guerras, gera mudanças dramáticas no significado e no teor das ideologias nacionalistas. O que, a seu passo, pode empurrar as nações em direções opostas. O que importa politicamente é a mudança das proporções, o equilíbrio desigual entre as formas antitéticas, ainda que ambos os polos sejam chamados pelo mesmo nome de “nacionalismo”. Noutras palavras, não deveríamos

tentar responder a perguntas do tipo: o que é o nacionalismo ucraniano. Mas sim do tipo: no que o nacionalismo ucraniano está se tornando ao longo desta guerra?

Vou repetir, eu estou consciente que as hipóteses apresentadas são muito frágeis. Ainda que possam ser refutadas bem rápido, talvez valham a pena ser levadas em conta. Eu acredito que a questão nevrálgica, ao redor do que orbita o teor político do nacionalismo ucraniano e de seus efeitos, vincula-se ao estatuto multicultural, a começar pelo multilinguismo, das instituições do estado-nação ucraniano. Tomando emprestadas categorias que hoje são amplamente aceitas pela sociologia política, em termos da oposição de *demos* x *ethnos*, vislumbro um cenário otimista associado aos personagens da atual resistência patriótica, sugerindo que a Ucrânia e a sua identidade ideal estão se movendo da condição de nação étnica à de nação cívica, com prevalência do *demos* sobre o *ethnos*. Resultado do fato notável que, contrariando as expectativas do invasor, as duas comunidades linguísticas [russófono e ucranófono] tenham unido forças na resistência patriótica e se identificado juntas com a ideia de um estado-nação ucraniano uno. Não devemos esquecer, ainda, como as duas comunidades mantêm zonas de interseção, significando que a maioria dos ucranianos é bilíngue. Para mim, este é um fato fundamental, ainda que evidentemente existam forças opostas em ação em várias partes do país.

Façamos um breve desvio pelos padrões discursivos ideológicos. Do lado imperialista russo, que nega a possibilidade de existência da nação ucraniana, existem algumas contradições – ainda que a existência delas não impeça os ideólogos de unirem forças. Uma vertente do discurso se concentra na ideia que exista um Mundo Russo cuja genealogia estaria enraizada na história religiosa e linguística, e da qual os ucranianos e sua língua não passariam de um galho continuamente ligado a outros. O marco simbólico deste discurso é a transferência da capital [do reino da Rus' medieval] de Kiev para Moscou. Outro discurso, mais próximo dos discursos coloniais noutras partes do mundo, enquadra a língua ucraniana e a população falante do ucraniano como raça inferior ou povo sem história. Sua única história possível seria a incorporação e a educação no interior do império. Esses dois discursos explicam como, a contrario sensu, a narrativa

nacionalista foi se construindo na Ucrânia, ou seja, como uma narrativa da continuidade da existência de um povo/nação ucraniana, identificada substancialmente com a resistência à destruição de sua identidade coletiva, como foi perseguido pelo império russo. A narrativa tece uma continuidade mítica, desde o reino medieval da Rus', cuja capital originária fora Kiev, até o contemporâneo revival nacional, passando por manifestações intermediárias simbólicas como o período dos principados cossacos e a Rada [Conselho Supremo da Ucrânia] durante o período revolucionário pós-1917, ainda que as formações sociais ucranianas estejam plasmadas pela heterogeneidade e descontinuidade. Claro que essa continuidade opera lado a lado com a ideia da existência de uma identidade substancial baseada na comunidade linguística, que se mostrou irreduzível à erradicação buscada pelo poder imperial. O meu objetivo aqui não é desqualificar essa narrativa, por sinal bastante similar a outras mitologias nacionais pelo mundo. Ao invés disso, é apontar por que o legado nessa região é realmente mais complexo. Como o próprio nome indica, Ucrânia é uma terra de fronteira, com limites flutuantes ao longo dos séculos, dentro do que a cultura e o pertencimento coletivo estão marcados pela multiplicidade e diversidade. Sem deixar de citar os conflitos e violências, já que a Ucrânia sempre esteve particionada entre impérios (ou reinos) rivais, submetida a partilhas e incorporações por soberanias hegemônicas, além de ter passado por revoluções demográficas induzidas por migrações forçadas e deportações, ou por genocídios. No século XX, foram dois: o extermínio bolchevique dos camponeses por meio da fome e o extermínio nazista dos judeus por meio de execuções em massa e campos de morte... O fenômeno crucial, como eu disse antes, é o bilinguismo da maioria da população, que se deve em grande medida ao sistema educacional soviético que formou a classe média.

Essas são algumas das razões por que avalio que o fator mais importante na gênese do espírito patriótico, o que sustenta a capacidade de lutar do povo ucraniano nesta guerra, não esteja na narrativa étnica (ou nela apenas). Mas sim na invenção democrática da Revolução da Maidan, em 2013-14, que criou uma noção de cidadania distinta à da comunidade étnica. Essa invenção democrática certamente não é pura, está permeada por

manobras sectárias, manipulações por oligarcas e políticos corruptos, inclusive levando a conflitos violentos entre milícias armadas. Mesmo assim, é inquestionável que [a Maidan] foi uma insurreição democrática e popular, especialmente quando vista sobre o fundo das tendências regionais voltadas ao autoritarismo (ou à “pós-democracia”). Esta é indubitavelmente uma das razões por que a ditadura russa sob Vladimir Putin não pode mais tolerá-la. Por que deflagrou uma crítica à corrupção e um movimento coletivo orientado aos valores professados pelos sistemas democráticos europeu ocidentais – os quais, por mais oligárquicos que eles sejam, abrem espaço ao pluralismo político – e pode representar um exemplo para os cidadãos da Federação Russa.

Óbvio que estou ciente que outras forças estão pressionando na direção oposta: a mais poderosa delas é a própria guerra, em particular porque está fadada a desencadear uma russofobia que mira não na Rússia enquanto Estado, mas na cultura e língua russas, e daí a valorização e a utilização da russofobia pelos ucranianos. A incógnita maior nesta situação, politicamente essencial para o futuro, está em como a antítese [entre demos e ethnos no interior do nacionalismo ucraniano] vai evoluir.

Geopolítica e espaços supranacionais

Por fim, quero voltar à ideia de que as várias guerras que se sobrepõem e se sobredeterminam na atualidade se tornam mais inteligíveis se associarmos as suas respectivas lógicas à assunção de espaços políticos heterogêneos que se cruzam sobre a área de fronteira que é a Ucrânia.

Deixe-me começar com um paradoxo fundamental inerente à situação e acentuado pela guerra. As nações que buscam a sua independência, especialmente quando estão lutando contra um Império (ou uma entidade política tentando ressuscitar um império), anseiam em asseverar a sua soberania. Contudo, a soberania nacional, inclusive no caso de nações muito poderosas, sempre foi uma soberania limitada, dependente do reconhecimento por outras nações e da incorporação aos sistemas de alianças. No auge da era imperialista, a soberania nacional virou uma autonomia amplamente formal, uma vez que o mundo estava partilhado em diferentes zonas, ainda que as modalidades da soberania fossem diferentes. Essa situação se repete hoje, ou talvez devêssemos dizer que

a guerra de independência ucraniana demonstra que ela nunca tenha desaparecido de verdade. A situação apenas mudou quanto à geografia e se tornou sujeita a relações geopolíticas de forças diferentes. Hoje a Ucrânia pode defender-se e salvar-se apenas se for integrada na aliança militar da OTAN, i.e., da estrutura imperialista ocidental, hegemônica pelos Estados Unidos e a serviço de seus interesses globais. E a Ucrânia somente pode afirmar e desenvolver os seus valores liberal-democráticos se integrar uma estrutura quase-federativa que é a União Europeia. Esses dois processos, que produzem a dependência como o real conteúdo da soberania, estão intimamente interligados e até poderiam parecer indiscerníveis, na medida em que a guerra aumenta a integração militar dos estados-membros da União Europeia, no eixo da OTAN, em que os Estados Unidos são avassaladoramente dominantes. O que pareciam linhas evolutivas divergentes dos âmbitos político e militar no passado recente, desde o fim da Guerra Fria, agora reaparecem como duas faces gêmeas de um processo único. Isto traz consequências devastadoras, ao reinstalar a lógica dos campos na arena global e adiar indefinidamente o que eu chamei de guerra civil europeia.

Este fenômeno confirmaria a propaganda russa que, desde o princípio, busca explicar a guerra como consequência de políticas agressivas da OTAN em acuar o rival ex-comunista, como alguns ideólogos neoconservadores planejaram? Não acredito nisso. Porque mesmo se a OTAN conduzisse a política de cerco do espaço político eurasiático, tradicionalmente dominado pela Rússia – o que parece inegável – a OTAN não atacou militarmente a Rússia. Nunca podemos esquecer quais exércitos invadiram a Ucrânia e hoje a estão destruindo. Por um lado, deve estar claro que nenhum acordo de compromisso com o regime de Putin ou rendição às suas demandas resolverão o paradoxo da conquista da independência através da sujeição a um bloco mais amplo. Por outro lado, também está claro para mim que existe uma assimetria completa para um país democrático, entre as perspectivas de ser retomado e engolido por um império autocrático retrógrado e ser incorporado numa federação que cria ou perpetua desigualdades, mas que detém regras para a participação negociada. Uma discussão sobre formas contemporâneas e graus de imperialismo está em ação aqui, que também inclui a

diferenciação entre as formas de sujeição que elas impõem. O próximo passo seria tentar avaliar a probabilidade de que, para a Ucrânia e a própria Europa, a integração política venha a aparecer como consequência inevitável da guerra de independência dos ucranianos, mas sem com isso identificar-se completamente com a integração militar no campo transatlântico restaurado, nem a ele submetida. O que dependerá nos desdobramentos estratégicos da guerra: o quanto ela dura, qual lado “vence” ou simplesmente se achar numa posição favorável para negociar a paz ou a trégua, quais soluções são respaldadas ou toleradas pelas opiniões públicas de cada lado, no que o povo russo deve também ser levado em conta.

Talvez o mais importante a considerar venha agora. Não deveríamos ver o nível dos conflitos geopolíticos entre alianças militares e a nova cartografia dos imperialismos globais, em que a China pode ser um player decisivo, como o último recurso da discussão. O que busquei conceitualizar como caráter híbrido de uma guerra – que é menos uma “guerra mundial” do que “guerra globalizada” – poderia nos levar numa direção diferente. Guerras são crucialmente travadas sobre fronteiras, mas há vários tipos e camadas de fronteiras. Em um nível, as fronteiras nacionais definem regras de inclusão e exclusão na comunidade de concidadãos, normalmente sendo exercidas pelos Estados. Noutro nível, as linhas divisórias globais distribuem o planeta e a população humana entre zonas diferentes, decorrentes de hegemonias coloniais e pós-coloniais, do desenvolvimento desigual e de diferentes formas de capitalismo.

Tenho em mente a distribuição dos territórios e da população mundial entre o Norte e o Sul globais. Claramente, essa distribuição exerce um papel decisivo no tocante à percepção da guerra em diferentes partes do mundo, particularmente alimentando a percepção compartilhada no Sul que essa é uma guerra entre os imperialismos do Norte, talvez uma guerra por procuração conduzida pelo mais poderoso imperialismo, no caso, os Estados Unidos – ainda que a questão sobre se ele ainda é o mais poderoso deveria ser levantada em primeiro lugar. Mas o que eu quero sugerir é que tal distribuição, ainda que permaneça real e crucial, também se compõe de outro fenômeno globalizado: o aquecimento global e a catástrofe ambiental, que são fundamentais. Fenômenos que

deslocam e subvertem todas as fronteiras do mundo, em particular, as fronteiras entre regiões habitáveis e inabitáveis, bem como as fronteiras de regiões exploráveis ao custo de gigantescas destruições das paisagens naturais. A guerra vem a se somar a ainda outro fenômeno, não menos devastador: a possibilidade ou ainda probabilidade de carestias alimentares e fome em massa no futuro próximo, em diversas partes do mundo, majoritariamente localizadas no Sul, onde não há nem colheitas suficientes, nem reservas monetárias para comprar os recursos escassos e com altos preços. A esta catástrofe bastante concreta, podemos acrescentar os impactos ao meio ambiente decorrentes ao aumento da produção e do uso de armamentos. Em intervenções recentes, o filósofo francês Bruno Latour, com relações próximas aos movimentos ecológicos, sugeriu que duas guerras estão sendo travadas ao mesmo tempo, independentemente uma da outra: a guerra contra a liberdade dos ucranianos e a guerra contra a Terra enquanto sistema vivo. Eu diria que as duas estão tendencialmente convergindo num único estado de guerra generalizada, no sentido de guerra híbrida. Os prognósticos, em consequência, são sombrios e a capacidade de reagir coletivamente parece limitada.

Não vou realmente concluir. Deixe-me apenas dizer o seguinte: eu me coloco na perspectiva do pacifismo, no sentido amplo e histórico que pertence à tradição da Esquerda, e do internacionalismo, que é intrínseco ao repertório anti-imperialista. Mas o pacifismo encontra-se preso por exigências contraditórias, especialmente do ponto de vista dos cidadãos europeus, como já era o caso quando temas fundamentais de direitos humanos estavam em jogo. Quanto ao internacionalismo, é mais necessário do que nunca, mas parece perigosamente desarmado. Por um lado, devemos incondicionalmente apoiar um povo sofrendo uma invasão criminosa e destruições em massa, que tem o direito a defender-se e derrotar o opressor. Por outro lado, não devemos desistir da ideia que o regime de Putin não é idêntico ao povo da Rússia, assim como o regime nazista não era igual ao povo da Alemanha, ou que os governos Bush ou Trump não eram idênticos ao povo americano e assim por diante. Por isso, é preciso lutar contra a russofobia e demonstrar a máxima solidariedade com os dissidentes russos que resistem à invasão desde o interior da Rússia. Devemos retomar a campanha contra o armamento nuclear e,

mais em geral, buscar cada ocasião possível para resgatar a ideia de uma ordem mundial diferente, baseada na independência das nações, interdependência dos povos e segurança coletiva, em vez de nas armas, dominações e sanções.